XI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 28 e 29 de setembro de 2026

ESPACIALIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM AMBIENTE VIRTUAL NA BAHIA: REGISTROS DO LIGUE 180

Felipe Gonçalves Rocha Santana[1]
Adriana Alves Nery[2]

Introdução

A violência contra as mulheres constitui uma importante questão social e de saúde pública, por produzir repercussões físicas, psicológicas e sociais e por estar relacionada a desigualdades de gênero historicamente construídas (Fernandes *et al.*, 2025). Rodrigues (2025) destaca que, embora frequentemente associada aos espaços doméstico e comunitário, a violência também se manifesta nos ambientes digitais, acompanhando a ampliação do uso de redes sociais, aplicativos de comunicação e outras tecnologias nas relações cotidianas, sendo estas utilizadas para a disseminação de práticas misóginas.

No ambiente virtual, Rivelli (2025) enfatiza que as práticas de violência podem assumir diferentes formas, como ameaças, perseguição, constrangimento, chantagem, exposição da intimidade, divulgação não consentida de imagens e vídeos e ataques à autoestima. Nesse contexto, as tecnologias digitais podem ampliar sua capacidade de alcance, permanência e reprodução. Destaca-se, ainda, a vigilância e o controle sobre as mulheres, expressos no monitoramento de atividades, contatos, localização e interações virtuais, que podem funcionar como mecanismos de dominação e restrição da autonomia.

A identificação dessas manifestações é fundamental para o enfrentamento da violência e para a organização de políticas públicas e estratégias de cuidado. Nesse sentido, Pinto e Nabhan (2025) mencionam que o Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher constitui importante canal de acesso à informação, orientação e registro de situações de violência, produzindo dados que podem contribuir para a compreensão desse fenômeno. A disponibilização pública desses registros amplia as possibilidades de investigação sobre as características e a distribuição territorial das violências identificadas no ambiente virtual.

---

[1]Enfermeiro. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bolsista CNPq. E-mail: felipesanttana27@gmail.com
[2]Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES da UESB. E-mail: aanery@uesb.edu.br

Apesar da crescente relevância das relações mediadas pelas tecnologias digitais, compreender como os registros de violências em ambiente virtual se distribuem no território pode contribuir para identificar concentrações, desigualdades e diferentes padrões entre os municípios. Desse modo, Veiga e Bushatsky (2021) destacam que a análise espacial constitui uma estratégia relevante para evidenciar a distribuição territorial do fenômeno e subsidiar sua compreensão a partir das especificidades de cada contexto municipal.

Objetivo

Analisar a distribuição espacial dos registros de violências contra mulheres em ambiente virtual na Bahia, a partir dos dados do Ligue 180, em 2025.

Métodos

Trata-se de um estudo ecológico, descritivo, de abordagem quantitativa, desenvolvido a partir dos registros do Painel de Dados do Ligue 180, disponibilizado pelo Ministério das Mulheres. Foram selecionados registros de 2025, tendo como recorte o estado da Bahia e o cenário “Ambiente Virtual (No Âmbito da Internet)”. Consideraram-se todas as espécies de violação disponibilizadas pelo painel, adotando-se o indicador “Violências” como unidade de análise. As variáveis selecionadas para o estudo foram: município, sexo/gênero, espécie da violação, canal de atendimento, frequência e tipo de denunciante. Para a variável sexo/gênero, foram mantidas todas as categorias disponibilizadas pelo painel, incluindo feminino, pessoas trans e sem informação, preservando-se o conjunto integral de registros do recorte analisado.

A coleta ocorreu mediante aplicação dos filtros disponíveis no painel. Dos 417 municípios da Bahia, 67 apresentaram registros disponíveis para consulta municipal no painel do Ligue 180 no recorte temporal analisado, constituindo as unidades territoriais do estudo. Os quantitativos municipais foram sistematizados em planilha eletrônica e relacionados aos respectivos códigos de sete dígitos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É importante destacar que a ausência de registros de determinado município no painel do Ligue 180 foi interpretada como ausência de notificações/registros na base consultada, e não como inexistência de casos de violência. Essa ausência pode decorrer, entre outros fatores, de situações em que a vítima não tenha utilizado o Ligue 180 como canal de denúncia ou orientação, bem como de possíveis limitações relacionadas ao registro.

A análise descritiva compreendeu frequências absolutas e relativas das variáveis categóricas. Para a comparação da distribuição territorial, foram considerados os registros absolutos de violências em cada município, possibilitando identificar a concentração e a heterogeneidade espacial dos registros no estado. O geoprocessamento foi realizado no software QGIS, versão 3.44.11, mediante integração dos dados do Ligue 180 à malha municipal da Bahia, utilizando os códigos do IBGE como chave de ligação. Foi produzido mapa temático coroplético dos registros municipais, utilizando o método de Quebras Naturais (Jenks) para classificação dos valores. A representação cartográfica permitiu analisar a distribuição, concentração e a espacialidade dos registros de violências em ambiente virtua.

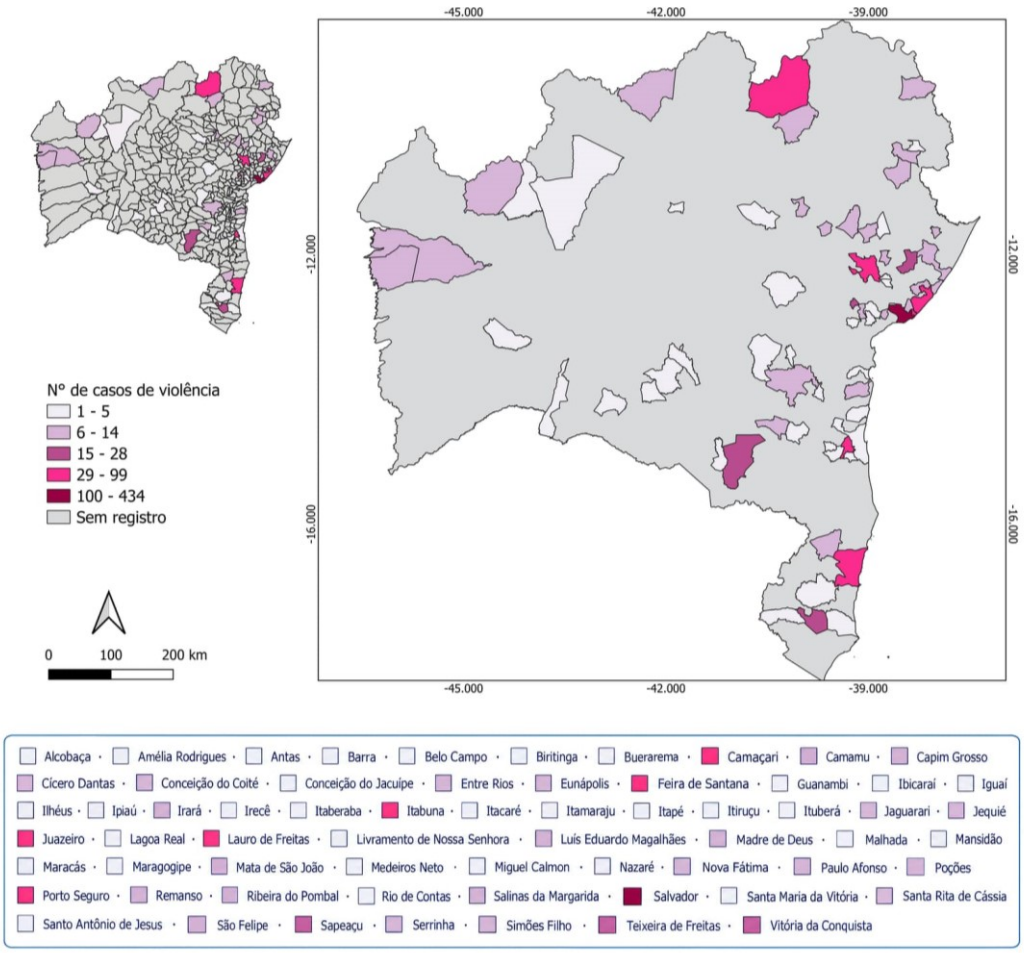
Por utilizar dados secundários, agregados e de acesso público, sem identificação individual, não houve acesso a informações pessoais ou identificáveis, sendo o estudo dispensado de apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Resultados e Discussão

No ano de 2025, foram identificados 1.118 registros de violências associados ao cenário “Ambiente Virtual (No Âmbito da Internet)” na Bahia, segundo dados do Ligue 180, evidenciando a presença da violência contra as mulheres também nos espaços mediados por tecnologias digitais. Predominaram registros para o sexo/gênero feminino (n=1.106; 98,9%), seguidos por pessoas trans (n=9; 0,8%) e registros sem informação (n=3; 0,3%). O telefone foi o principal canal de atendimento (83,53%), enquanto o WhatsApp correspondeu a 16,47%. Quanto à frequência, destacaram-se ocorrências diárias (27,84%) e ocasionais (23,14%), sugerindo a recorrência de situações de violência mediadas pelas tecnologias.

A própria vítima foi responsável por 88,24% dos registros, enquanto terceiros corresponderam a 7,84% e os anônimos a 3,92%. Entre as espécies de violação, destacaram-se ameaças (21,2%), agressões físicas (19,0%), importunação sexual (6,1%) e gravação e exposição de fotos e vídeos íntimos sem consentimento (5,5%). Schreiber e Antunes (2015) mencionam que a presença simultânea de manifestações tradicionalmente associadas à violência interpessoal presencial e de práticas diretamente mediadas pelas tecnologias evidencia que o ambiente virtual pode atuar tanto como extensão de agressões quanto como espaço de controle, coerção, vigilância e exposição das mulheres.

Figura 1 – Distribuição espacial dos registros de violências em ambiente virtual nos municípios da Bahia, 2025.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Painel de Dados do Ligue 180/Ministério das Mulheres, 2025.

A distribuição espacial, conforme destacada na figura 1, evidenciou acentuada heterogeneidade entre os municípios, com concentração dos registros em determinados centros urbanos. Salvador apresentou 434 registros (38,8%), correspondendo a mais de um terço do total estadual, seguida por Feira de Santana (n=99; 8,9%), Porto Seguro (n=43; 3,8%), Camaçari (n=42; 3,8%) e Itabuna (n=40; 3,6%). Esse padrão indica distribuição heterogênea dos registros no território, semelhante ao observado por Silva (2016) em Pernambuco, que identificou concentração espacial da violência doméstica em municípios da região metropolitana do Recife.

Estudos, como o de Lucena *et al*. (2012), identificaram áreas com diferentes níveis de ocorrência e destacaram a análise espacial como instrumento para subsidiar a tomada de decisão. Entretanto, no presente estudo, a concentração observada deve ser interpretada a partir da natureza dos dados analisados, uma vez que, conforme o Ministério das Mulheres, os registros do Ligue 180 correspondem às situações comunicadas ao serviço e não à totalidade das violências ocorridas. Assim, a espacialização possibilita reconhecer a distribuição territorial da demanda registrada, sem, contudo, representar a prevalência da violência virtual no território. Rebouças, Santos e Torres (2026) destacam que essa interpretação deve considerar a complexidade da violência no âmbito virtual, que envolve diferentes manifestações, como vigilância tecnológica, exposição não consensual de conteúdo íntimo e outras formas de violência mediadas pelas tecnologias.

Conclusão

Os resultados evidenciaram a heterogeneidade territorial dos registros de violências contra mulheres em ambiente virtual na Bahia, com concentração em determinados municípios e predominância de ameaças, agressões físicas e práticas de exposição e coerção mediadas pelas tecnologias. A espacialização dos registros mostrou-se relevante para reconhecer diferentes dimensões da demanda registrada pelo Ligue 180 e pode contribuir para o direcionamento de estratégias de enfrentamento da violência. Contudo, os achados devem ser interpretados considerando que os dados representam situações comunicadas ao serviço, não permitindo estimar a ocorrência real da violência no território.

Descritores: Violência contra mulher. Sistemas Virtuais. Comportamento espacial.

Referências:

FERNANDES, Sheyla Christine Santos et al. Violência contra a mulher baseada no gênero: uma revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 5, e02142025, 2025.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de *et al*. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 6, p. 1111-1121, 2012.

PINTO, Luana Vitória de Macedo; NABHAN, Francine A. Rodante Ferrari. Lei Maria da Penha e o Ligue 180: políticas públicas no enfrentamento ao feminicídio. **Lumen et Virtus**, [*s. l.*], v.16, n. 47, p. 3713-3721, 2025.

REBOUÇAS, Eduardo Azevedo; SANTOS, Adriane de Almeida; TORRES, Marck de Souza. Violência online contra mulheres no contexto brasileiro: uma revisão de escopo. **Revista de Psicología**, [*s. l.*], v. 35, n. 1, p. 1-15, 2026.

RIVELLI, Fabio. A violência digital e seus efeitos nas vítimas: desafios contemporâneos e perspectiva do ser humano digital. **Revista de Vitimologia e Justiça Restaurativa**, São Paulo, ano 3, v. 1, p. 56-79, 2025.

RODRIGUES, Lucas Felix. A violência contra a mulher na era das redes sociais: o feminicídio como consequência da misoginia online. **Revista Foco**, [*s. l.*], v. 18, n. 7, e9358, p. 1-13, 2025.

SANTOS, Emylle Thais Melo dos *et al*. Da ocorrência em vida à morte: padrões espaciais da violência contra a mulher em Pernambuco. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, [*s. l.*], v. 17, p. 133-145, 2021.

SCHREIBER, Fernando Cesar de Castro; ANTUNES, Maria Cristina. Cyberbullying: the virtual to psychological area. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, [*s. l.*], v. 35, n. 88, p. 109-125, 2015.

SILVA, Tamires Pereira. Mulheres em situação de violência doméstica: uma perspectiva geográfica como apoio à tomada de decisão. **Acta Geográfica**, [*s. l.*], v. 10, n. 24, p. 128-142, 2016.

VEIGA, Bruna Cristina dos Santos; BUSHATSKY, Magaly. Distribuição espacial da violência contra a mulher: uma análise por geoprocessamento. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 186, ano 29, p. 285-319, 2021.

Utilização da Inteligência Artificial Generativa: Não se aplica.

Eixo Temático 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência